

396201402998



PGR PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
PGR-00237538/2014

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

OFÍCIO Nº 1402/GAB/PGR

Brasília, 20 de outubro de 2014.

Junte-se ao processado do

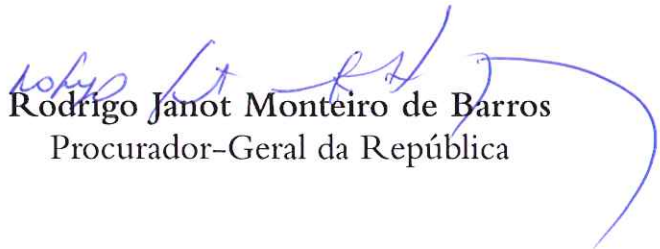
PLC
nº 83, de 2008.

Em 1 / 1 / 25 / 11 / 14

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a Nota Técnica PGR/SRI nº 42/2014 subscrita pelo Procurador Regional da República SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, Secretário de Relações Institucionais Substituto do Gabinete do Procurador-Geral da República, favorável a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 83, de 2008 (PL nº 5.762, de 2005 na Casa de Origem) que pretende a alteração do Estatuto da OAB, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Atenciosamente,


Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Senado Federal
Praça dos Três Poderes
70165-900 – Brasília–DF



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

NOTA TÉCNICA PGR/SRI Nº 42/2014

EMENTA: Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2008. Modificação da Lei nº 8906, de 4 de julho de 1994. Previsão do crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado. Substitutivo oferecido no Senado Federal. Alteração material da proposição, para inclusão de todas as categorias profissionais, bem como para que o tipo penal seja incluído no rol da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965.

LOCALIZAÇÃO ATUAL: Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, aguardando inclusão na ordem do dia.

AUTOR: Deputado Federal Marcelo Barbieri (PMDB/SP).

RELATOR: Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, o Senador da República Demóstenes Torres (DEM/GO) e, diante de emendas apresentadas no Plenário da mesma Casa Legislativa, o Senador Gim Argello (PTB/DF).

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 83, de 2008 (PL nº 5.762, de 2005, na Casa de Origem), de Autoria do então Deputado Federal Marcelo Barbieri (PMDB/SP), por meio do qual se almeja alterar a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), a fim de incluir o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, nos seguintes termos:

Art. 7º-A. Violar direito ou prerrogativa do advogado, impedindo ou limitando sua atuação profissional.
Pena: detenção de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência, se houver.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Parágrafo único - A pena será aumentada de um sexto até a metade, se do fato resultar prejuízo ao interesse patrocinado pelo advogado.

§2º A Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio de seus Conselhos Seccionais, poderá requerer a sua admissão como assistente do Ministério Público nas ações penais instauradas em virtude da aplicação desta lei.

§3º O Conselho Seccional da OAB, por intermédio de seus Presidentes, poderá requerer à autoridade policial competente a abertura de inquérito por violação dos direitos e às prerrogativas do advogado.

O PLC tramitou e foi aprovado pela Câmara dos Deputados para, em seguida, ser enviado ao Senado Federal.

Apreciada, então, a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) do Senado Federal, foi apresentado substitutivo pelo Relator, o então Senador da República, Demóstenes Torres (DEM/GO).

Já no Plenário houve a apresentação de duas emendas, de modo que o tema voltou à discussão na CCJC, daí que o novo Relator do PLC, o Senador da República Gim Argello (PTB/DF), submeteu-as a apreciação pela citada Comissão e, na 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 2/9/2014, ambas foram rejeitadas.

Manteve-se, portanto, o texto do substitutivo, para efeito de deslocar o crime para a relação estabelecida na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965 (Lei do Abuso de Autoridade) e, na mesma toada, serem prestigiadas todas as categorias profissionais. Eis o teor do substitutivo:

Art. 3º.
j) aos direitos e garantias legais indispensáveis ao exercício profissional.

Parágrafo único. Na hipótese da alínea j deste artigo, o direito de representação de que trata o art. 2º desta Lei poderá ser exercido pela Ordem dos Advogados do Brasil ou pelo correspondente conselho de classe profissional.

Art. 6º.
§ 3º A sanção penal será aplicada de acordo com as regras do Código Penal e consistirá em:
a) multa;
b) detenção por dois a quatro anos;
c)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

O PLC encontra-se, atualmente, na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, onde aguarda ser incluída na ordem do dia.

2. ANÁLISE

O PLC em questão, com o texto original da Câmara dos Deputados, pretende a alteração do Estatuto da OAB, para inclusão de dispositivo relativo ao crime de violação de direito ou prerrogativa do advogado.

Deu-se que, no âmbito da CCJC do Senado Federal, ofertou-se substitutivo, ocasião em que restou consignada a necessidade de ser ampliada a proteção ao livre exercício profissional em benefício de todas as categorias profissionais, de maneira que o *locus* da alteração normativa pretendida passou a ser a Lei do Abuso de Autoridade.

O substitutivo pretendeu, por certo, garantir a todos os conselhos profissionais o direito de representação aludido no art. 2º, da Lei nº 4.898/1965¹, reforçado ainda mais pela eventual inclusão (alteração esta que também é pretendida pelo substitutivo) de um parágrafo único ao art. 3º, da Lei do Abuso de Autoridade.

A proposta do Senado Federal, de fato, acertadamente legitima tais entidades profissionais a representar quando alguma conduta consistir em violação aos direitos e prerrogativas garantidores de seu respectivo exercício profissional. Busca-se, assim, garantir não apenas o livre exercício de uma profissão, individualmente considerado, como também a higidez da própria categoria profissional respectiva, analisada sob um ponto de vista sistêmico.

Garante-se, por outro lado, a previsão alinhavada no art. 5º, XIII, da Constituição, no sentido de que é "livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

Por isso mesmo, a matéria em causa merece ser aprovada nos termos delineados pelo substitutivo aprovado pela CCJC do Senado Federal, o que prestigiará

¹ Art. 2º. O direito de representação será exercido por meio de petição:

- a) dirigida à autoridade superior que tiver competência legal para aplicar, à autoridade civil ou militar culpada, a respectiva sanção;
- b) dirigida ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada.

Parágrafo único. A representação será feita em duas vias e conterá a exposição do fato constitutivo do abuso de autoridade, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e o rol de testemunhas, no máximo de três, se as houver.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

o Princípio da Igualdade, de caráter constitucional fundamental, na medida em que ficará afastado qualquer tratamento diferenciado ou privilegiado a determinada categoria profissional (neste caso, a OAB) em detrimento de todas as outras que possuem legítima representação no Estado Brasileiro.

Nessa mesma toada é que, com a devida vênia, não poderá ser acolhida a redação original do PLC, não apenas porque evidencia problemas relativos à boa técnica legislativa, mas também à vista de que não observa – e afronta – o primado constitucional da isonomia.

A propósito, cumpre destacar que, na prática, a redação original da Câmara dos Deputados pretende criminalizar um rol de vinte incisos², boa parte dos quais sequer possuem um bem jurídico suficientemente relevante³ para ser o Estado provocado ao uso do Direito Penal, sabida e reconhecidamente a *ultima ratio* de proteção no sistema jurídico.

Violar-se-ia, nessa linha de entendimento, uma exigida atuação proporcional do Estado, a qual se daria em descompasso com o modelo penal democrático adotado no Brasil.

Isso, ainda, não é tudo. A versão original do PLC também incide em flagrante inconstitucionalidade ao deferir aos Conselhos Seccionais da OAB o direito de requerer, diretamente à autoridade policial, a instauração de inquérito policial.

Ora, a Constituição, ao adotar o modelo acusatório também estabeleceu que cabe à Instituição do Ministério Público – o *dominus litis* da ação penal pública – a garantia democrática de requisitar a instauração do inquérito policial (art. 129, incisos I e VIII, ambos da Constituição⁴).

Desse modo, não há respaldo constitucional apto a conceder à OAB a legitimidade para dar causa a inquérito policial sem a participação do Ministério Público. Com efeito, a admissão de tal possibilidade ocasionaria o surgimento de legitimado anômalo, ao arrepio do sistema penal e processual penal consagrado no Direito Brasileiro e muito bem descrito na Constituição.

² Veja-se o art. 7º da Lei nº 8.906/1994.

³ Exemplificativamente, veja-se o art. 7º, inciso XVIII, da Lei nº 8.906/1994, o qual garante aos advogados o uso de símbolos privativos da profissão de advogado.

⁴ Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; [...]

VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Diante de todas essas razões, é o caso de ser afastado o texto originalmente apresentado pela Câmara dos Deputados e, por conseguinte, prestigiado o substitutivo oferecido pela CCJC do Senado Federal.

3. CONCLUSÃO

Tal o contexto descrito, sugere-se a aprovação do PLC nº 83, de 2008 (PL nº 5.762/2005 na Casa de origem), nos termos do substitutivo apresentado pela CCJC do Senado Federal, o qual se reproduz a seguir.

Brasília/DF, 3 de outubro de 2014.

ALBERTO INÁCIO DE JESUS
ASSESSOR ESPECIAL
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Aprovo a Nota Técnica.

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA
SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS SUBSTITUTO

EMENDA Nº 1 – CCJC (SUBSTITUTIVO) **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2008**

Altera a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, para conferir aos conselhos de classe legitimidade no exercício do direito de representação relativo ao crime de abuso de autoridade por atentado aos direitos e garantias indispensáveis ao exercício profissional e aumentar a pena privativa de liberdade cominada ao crime de abuso de autoridade.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Art. 1º. Os arts. 3º e 6º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, passam a vigorar com as seguintes modificações e acréscimos:

"Art.3º.

j) aos direitos e garantias legais indispensáveis ao exercício profissional.

Parágrafo único. Na hipótese da alínea j deste artigo, o direito de representação de que trata o art. 2º desta Lei poderá ser exercido pela Ordem dos Advogados do Brasil ou pelo correspondente conselho de classe profissional."

"Art.6º.

§ 3º A sanção penal será aplicada de acordo com as regras do Código Penal e consistirá em

a) multa;

b) detenção por dois a quatro anos;

c) " (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.



SENADO FEDERAL
Presidência

Brasília, 11 de novembro de 2014.

- **OFÍCIO Nº 1402/GAB/PGR.**
- **ORIGEM:** Ministério Público Federal.

A Sua Senhoria o Senhor
LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Encaminho a Vossa Senhoria o expediente em epígrafe, para conhecimento e instrução da matéria, nos termos da manifestação do Excelentíssimo **RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**, Procurador-Geral da República, mediante a qual envia Nota Técnica PGR/SRI nº 42/2014 subscrita pelo Procurador Regional da República **SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR**, Secretário de Relações Institucionais Substituto do Gabinete do Procurador-Geral da República, favorável a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 83, de 2008 (PL nº 5.762, de 2005 na Casa de Origem).


EMÍLIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI
Chefe de Gabinete


Regislete Moreira Silva
Matrícula nº 287391
ATRSGM-Assessoria Técnica da SGW

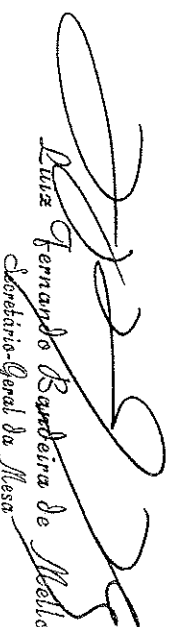
SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 24 de novembro de 2014

Senhor Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral
da República,

Em atenção ao OFÍCIO N° 1402/GAB/PGR, encaminhado a
esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa
Excelência que sua manifestação foi juntada ao processado do PLC n°
83 de 2008, que "*Dispõe sobre o crime de violação de direitos e
prerrogativas do advogado, alterando a Lei n° 8.906, de 4 de julho de
1994*", conforme tramitação, disponível no endereço eletrônico
http://www.senado.gov.br/atividade/material/detalhes.asp?p_cod_mate=85476.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Barbeira de Mello
Secretaria-Geral da Mesa